



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

BIBLIOTECA

DATA
28.02.2024

PÁGINA Nº
1 de 29

RESPONSÁVEL
Iris Helena

SUMÁRIO

- ✘ [SUSTENTABILIDADE EM 2024 – O Popular](#)
- ✘ [CHEGADAS E PARTIDAS – O Popular](#)
- ✘ [PREVENIR E TRATAR – Folha de São Paulo](#)
- ✘ [TARCÍSIO DE FREITAS PERDEU O CPF NA AVENIDA PAULISTA – Folha de São Paulo](#)
- ✘ [GENTE IGNORANTE GANHA ELEIÇÃO – Folha de São Paulo](#)
- ✘ [A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E AS RELAÇÕES DE CONSUMO – Folha de São Paulo](#)
- ✘ [UM NOVO CURSO PARA O COMÉRCIO GLOBAL – Folha de São Paulo](#)
- ✘ [GOVERNO AMEAÇA TIRAR CARGO E VERBA DE DEPUTADOS QUE ASSINARAM IMPEACHMENT DE LULA – Folha de São Paulo](#)
- ✘ [EMPRESAS QUEREM IR À JUSTIÇA CONTRA LEI DA IGUALDADE SALARIAL, DIZ MINISTRA DAS MULHERES – Folha de São Paulo](#)
- ✘ [MINISTRO ANDRÉ MENDONÇA DEFINE REGRAS PARA ACORDOS DE LENIÊNCIA DA LAVA JATO – O Hoje](#)
- ✘ [PUNIÇÃO POR AVAL A IMPEACHMENT – Correio Braziliense](#)
- ✘ [EUA DÃO APOIO À PAUTA SOCIOAMBIENTAL – Correio Braziliense](#)
- ✘ [REFORMA SOBRE A RENDA: NECESSÁRIA E URGENTE – Correio Braziliense](#)
- ✘ [ARTICULAÇÃO DO PLANALTO ENTRA EM NOVA FASE – Valor Econômico](#)
- ✘ [CONTRIBUINTE PERDEU R\\$ 109 BI EM DISPUTAS NO CARF EM 2023 – Valor Econômico](#)
- ✘ [JUSTIÇA DE SÃO PAULO ADIA PAGAMENTO DE ITBI – Valor Econômico](#)
- ✘ [MULTINACIONAIS E A EXPOSIÇÃO AO IMPOSTO MÍNIMO GLOBAL – Valor Econômico](#)
- ✘ [DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB](#)

JORNAL – O POPULAR – 28.02.2024 – PÁG. 03

Sustentabilidade em 2024

Rafael Gonçalves



A adoção de políticas de sustentabilidade ambiental nas empresas há muito deixou de ser um diferencial de grandes companhias ou alvo de ações pontuais para agregar valor às marcas. À medida que se tornaram latentes os sinais do aquecimento global, como as recentes ondas de calor no Brasil e até em países de clima mais frio, como o Canadá, esse objetivo se tornou um compromisso para os cidadãos, os governos e as empresas de todos os portes, sobretudo aquelas que usam recursos naturais como a água, por exemplo, em escala industrial.

A preocupação em conscientizar as empresas para a proteção do meio ambiente é global.

Prova disso é que ao menos seis dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estipulados pela Organização das Nações Unidas para serem alcançados até 2030 têm relação direta com as atividades do setor produtivo. De tão essencial que é para a humanidade, a água ganha destaque em duas dessas 17 metas instituídas pela ONU para o Brasil.

Empresas que manejam volumes consideráveis de água, como acontece nos lava a jatos, já têm adotado boas práticas de reuso desse recurso tão valioso. E não dá mesmo para adiar o compromisso com a economia de água. A indústria de estética automotiva, como um todo, tem registrado uma forte alta na demanda. Num período de dois anos, entre 2020 e 2021, a arrecadação do setor de embelezamento automotivo aumentou 8,9%, passando de R\$ 5,9 bilhões para R\$ 6,5 bilhões anuais, de acordo com a Associação Brasileira de Franchising.

A economia não pode parar, mas sem um plano factível de curto e médio prazo para uso sustentável dos recursos naturais, em algum momento ela vai sucumbir. Por isso, é fundamental implementar nas empresas a cultura da sustentabilidade e, além disso, soluções mesmo de engenharia que propiciem o reaproveitamento da água e economia de energia elétrica.

Nos lares, as famílias também podem contribuir nessa causa. É possível, por exemplo, limpar a casa sem gastar grandes quantidades de água, basta ler o rótulo da embalagem e conferir a proporção exata do produto de limpeza a ser diluído para ter maior eficiência. Também é possível reaproveitar a água da máquina de lavar roupas para outras finalidades na manutenção da casa. É uma questão de bom senso, de responsabilidade e de compromisso com as futuras gerações. Que essa virada de página comece já, agora, em 2024.

A água é um recurso natural tão valioso que, por estar cada vez mais escassa, poderá ser o centro de disputas armadas entre grandes nações nos próximos anos, segundo preveem analistas. Mas ninguém vai querer pagar um preço tão alto. Ainda há chances de reverter esse quadro, evitando uma degradação ambiental irreversível (o que seria catastrófico para a humanidade). Neste sentido, o setor produtivo, que usa água e outros recursos naturais em larga escala, pode e deve ser o grande aliado do meio ambiente.

JORNAL – O POPULAR – 28.02.2024 – PÁG. 18

Chegadas e partidas

Fabrcia Hamu

Brasília, quinta-feira, 19 horas. O carro mais próximo que o aplicativo de transporte disponibilizava era um modelo de luxo. Todos os outros, cuja corrida ficava mais em conta, estavam distantes. Em pleno horário de rush, eu já estava atrasada para meu compromisso e não tive opção. Quando o veículo chegou, vi que era um utilitário enorme, pilotado por uma moça que não deveria ter mais que 30 anos.



Elogiei o carro e ela respondeu que o comprou no ano passado. Brinquei, perguntando se tinha muitos filhos e queria transportar todos com conforto. “Minha família somos apenas eu e meu cachorro, um golden retriever. O importante é que ele caiba no veículo e fique bem!”, respondeu a condutora, soltando uma risada. Em seguida, ela contou a história de seu divórcio.

“Me casei aos 18 anos com meu primeiro namorado. Depois de dez anos juntos, descobri que ele estava me traindo e havia engravidado a amante”, relatou. Após pedir a separação, ela começou a fazer tudo o que tinha vontade e o ex não permitia. “Ele me obrigava a ficar o dia todo em casa, sem trabalhar nem estudar, e me proibia de ter qualquer tipo de animal. Quando foi embora, me revoltei!”, explicou.

Ela passou a trabalhar como motorista de aplicativo, cursar faculdade de Direito e conseguiu um cão da raça que sempre sonhou. “Sinceramente, acho que nunca fui tão feliz na vida. Durante a semana, carrego vocês, passageiros humanos, neste carro grande. Aos sábados e domingos, meu cliente preferencial é o Thor, meu cachorro. Somos uma dupla imbatível”, revelou, aos risos.

No dia seguinte, em outra corrida pelo aplicativo, percebo que a narração do GPS tinha sotaque nordestino. “É para eu matar a saudade lá do Piauí, moça. Como não posso voltar para minha terra, ela vem até mim pelo Waze”, justificou o motorista bem-humorado. Casado, pai de dois filhos, ele vive no Distrito Federal há 20 anos, mas não se cansa de lembrar das praias e do cheiro de sal do mar.

“Tenho fé que ainda vou conseguir retornar à minha cidade natal. Enquanto isso, trabalho e pago os estudos do meu filho mais velho. Sabia que ele quer ser médico?”, disse ele, orgulhoso. “O garoto está fazendo

ensino médio e é muito estudioso, o melhor aluno da sala. A meta dele é se formar e fazer com que eu, a mãe e a irmã não passemos mais necessidade. Menino de ouro!”, afirmou.

Em cada veículo do aplicativo, um pouquinho do Brasil e da vida se apresentava a mim. Entre chegadas e partidas, ouvi histórias de superação, luta, alegrias, tristeza, perdas e ganhos, compondo esse grande mosaico que é a nossa existência. Dentre tantos relatos, no entanto, creio que o que mais me impactou foi o de um jovem de 26 anos, que me conduziu em minha última noite em Brasília.

Calado e muito educado, ele começou a conversar depois que comentei o quanto o céu da capital federal é belo, seja durante o dia ou à noite, e questionei se os passageiros reparavam na exuberância do cenário. “Ah, eles reparam, sim. É um barato lidar com o público. Aliás, as pessoas que entram nesse carro podem até não saber, mas se estou vivo até hoje, é por causa delas”, sentenciou.

Curiosa, quis saber a razão da afirmação. Ele, então, contara que desde muito jovem sofria de depressão e, por diversas vezes, havia tentado tirar a própria vida. Após a última crise, o pai pegou o único carro da família e dera ao filho. “Ele falou que ninguém dava conta de viver isolado, dentro do quarto, no escuro. Disse que eu precisava trabalhar no aplicativo para ver gente e espaiar a cabeça”, alegou.

Resignado, o rapaz concordou. Mal sabia que estava a caminho da cura da alma. “Sabe, dona, cada passageiro que passa por aqui e deixa um sorriso, conta um caso engraçado ou elogia a vista, me ajuda a ficar mais conectado com o mundo. Quando chego em casa, penso: graças a Deus, hoje eu não quis morrer”, confessou. Saí do carro emocionada. Naquela hora, meu coração ficou igual ao céu de Brasília.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 28.02.2024 – PÁG. A2

Prevenir e tratar

Com envelhecimento da população, SUS precisa controlar diabetes e hipertensão

Diabetes e hipertensão são duas das doenças crônicas não transmissíveis que precisam de acompanhamento contínuo. Entretanto 7 em cada 10 municípios não mediram a hemoglobina glicada e a pressão arterial em ao menos 50% dos pacientes com essas condições, como noticiou a Folha.

Essa é a meta estipulada pelo programa Previne Brasil, que em 2019 estabeleceu um modelo de financiamento das redes de saúde baseado no cumprimento de critérios de desempenho. Desde lá, houve melhorias. No primeiro quadrimestre de 2022, a taxa de municípios que não atingiram o controle mínimo foi de 97% para diabetes e 95% para hipertensão; ao final daquele ano, 83% e 84%, respectivamente, com queda para para 74,8% e 72,8% em 2023.



Estamos longe, porém, da meta de 50%, também preconizada pela Organização Mundial de Saúde. Segundo o último relatório global sobre a hipertensão da OMS, divulgado em 2023 com

dados de 2019, 50,7 milhões de brasileiros entre 30 e 79 anos tinham a doença, o que representa 45% desse estrato —no mundo, a taxa é de 33%. Seria necessário atender mais 8,4 milhões de pacientes para atingir a marca de 50% de controle.

O número de pessoas com hipertensão no mundo dobrou entre 1990 e 2019, de 650 milhões para 1,3 bilhão. Fenômeno semelhante ocorre com a diabetes. Na cidade de São Paulo, por exemplo, a prevalência foi de 8,5% para 12,1% entre 2020 e 2023. Estudo da Universidade de Washington do ano passado aponta 529 milhões de pessoas com diabetes no mundo —e que o montante dobrará até 2050, ao atingir cerca de 1,3 bilhão.

Com o envelhecimento global da população, as doenças crônicas não transmissíveis, que matam 41 milhões de pessoas por ano (74% das mortes no mundo), serão a cada vez mais comuns. O lado bom é que são males preveníveis e controláveis. É preciso fortalecer a atenção primária em saúde e as taxas de controle. Deve-se atuar nas causas desde a mais tenra idade. Atividade física, dieta saudável, conter o tabagismo e o consumo de álcool são medidas capazes de salvar vidas.

Tarcísio de Freitas perdeu o CPF na avenida Paulista

Se aliados descrevem o governador como um equilibrista, falta explicar por que ele sempre cai para o mesmo lado da corda

Bruno Boghossian

Tarcísio de Freitas disfarçou mal. Pegou o microfone, apertou velhos botões do patriotismo ("estamos aqui para celebrar o verde-amarelo") e lançou palavras genéricas sobre liberdade. Enquanto colegas exibiam uma dose de orgulho golpista, ele disse que era preciso entender um tal "desafio da representatividade".

O governador paulista tentou fingir que aquele era um comício normal, num domingo qualquer. Exaltou obras de infraestrutura hídrica, citou um questionável milagre de expansão de ferrovias e disse ser grato a seu líder político — sem mencionar que os dois só estavam ali porque um deles corre o risco de ser preso por preparar um golpe de Estado.



O discurso de Tarcísio foi ensanduichado pelas falas de dois notórios bufões do bolsonarismo, Magno Malta e Silas Malafaia. Se a ideia era criar um contraste que permitisse ao governador realçar um figurino moderado, não funcionou. A adesão ao ato e suas companhias desnudam suas convicções mais francas.

Os mais generosos aliados de Tarcísio descrevem o governador como um equilibrista, que tem posições ponderadas, mas depende da herança de Bolsonaro. Falta explicar por que ele quase sempre cai para o mesmo lado da corda, autorizando revanches policiais em forma de carnificina ou abraçando um pacto por anistia a conspiradores golpistas.

No discurso de domingo (25), o governador reconheceu a devoção exigida e praticada por aqueles que pretendem colher os benefícios dessa filiação. Segundo ele, Bolsonaro "não é mais um CPF" porque representa um movimento político amplo, que independe de sua pessoa física. Por essa lógica, Tarcísio perdeu seu próprio CPF na avenida Paulista.

A sucessão de Bolsonaro ainda não foi deflagrada porque o ex-presidente quer ser bajulado por mais algum tempo. A associação desse processo e de seus postulantes com o golpismo, por outro lado, já mostra que setores competitivos da direita brasileira topam abrir mão de compromissos democráticos para ter uma chance de voltar ao poder.

Gente ignorante ganha eleição

Tratar o bolsonarismo como um movimento de elite em 2024 é puro elitismo

Mariliz Pereira Jorge

É quase irresistível não fazer piada sobre os participantes da manifestação convocada por Jair Bolsonaro. Tudo tão caricato, mas o que vimos é mais alarmante do que cômico. Em público, integrantes do governo Lula ironizaram, enquanto o presidente reconheceu que foi "grande". Pelo menos temos um adulto na presidência.



Tanto faz se foram 185 ou 700 mil, era gente para dedéu na rua, sem falar de lives que reuniram mais de 200 mil pessoas e da mobilização nas redes, na quantidade de artigos, muitos desmerecendo o significado do ato, além dos que se lambuzaram em etarismo, racismo e elitismo. Por mais engraçado que seja, as senhoras que entoam Geraldo Vandré devem acreditar que lutam pela democracia e talvez estejam dispostas a pegar em armas para defendê-la da ditadura em que acreditam viver. O nível de dissonância cognitiva é grande, mas produzir meme não dissolve essa massa antidemocrática.

Tratar o bolsonarismo como um movimento de elite em 2024 é puro elitismo. Mais fácil personificar a extrema-direita como a velha loira botocada do que reconhecer que Bolsonaro conquistou o voto de gente preta e pobre, que deu as caras na Paulista. Tratá-los como coadjuvantes, numa manifestação em que os endinheirados só participaram porque não querem voltar a dividir o avião com os menos afortunados, é classismo. É enxergá-los apenas como massa de manobra e não como cidadãos atuantes na política. O Brasil é conservador e se encontra muito mais nas bandeiras autoritárias do bolsonarismo do que nas pautas de gente que desfila sua Birken em Santa Cecília.

Não sei se a esquerda morreu como esquerda, como afirma o filósofo Vladimir Saflate, mas anda muito distraída e ensimesmada com o fato de ter voltado ao poder, sem reconhecer que venceu uma eleição difícilíssima e que talvez o verdadeiro segundo turno seja o de 2026. Como vimos em 2018, gente ignorante e caricata ganha eleição.

A inteligência artificial e as relações de consumo

Defesa do consumidor terá de considerar efeitos dessa nova ferramenta

Maria Inês Dolci

Novos tempos, novos desafios. As vendas em lojas na internet nos trouxeram a necessidade de ajustar o CDC (Código de Defesa do Consumidor) para dar conta das relações de consumo virtuais. Ajuste foi proposto em 2002, por um comissão de juristas que trabalhou para o Senado, mas esta parte de suas recomendações até hoje não virou lei. Mais recentemente, acompanhamos o avanço da IA (inteligência artificial) em todas as frentes da atividade humana. É bem provável que tenhamos de adaptar o CDC para equilibrar os efeitos dessa nova ferramenta tecnológica.



A IA já influi decisivamente no mapeamento dos hábitos e das preferências do consumidor. Não por acaso, logo após pesquisarmos um produto na web, anúncios começam a aparecer para nós, indicando exatamente o item desejado. Obviamente, há um interesse comercial nisso, que não implica necessariamente ser indicado o melhor produto, nem nas melhores condições de pagamento, com mais garantia e qualidade.

A escassez de tempo provocada por agendas repletas de compromissos leva muitas pessoas a optarem pela ‘sugestão’ derivada do cruzamento de algoritmos com sistemas computacionais. Reforço que nem sempre a ‘dica’ da IA será a melhor escolha, e assim há uma intervenção relevante em nosso poder de decisão nas compras e na contratação de serviços. De que forma devem ser reguladas essas ações? Ainda não sabemos, porque este desafio é bem recente. Como evitar que nos tornemos marionetes de algoritmos? A resposta vale bilhões de reais. Mas, mais cedo ou mais tarde, terá de ser encontrada.

A União Europeia, como costuma ocorrer em diversas situações, está bem avançada nesta regulação. Em dezembro do ano passado, ocorreu um acordo provisório sobre as regras para reger o uso de IA em casos como vigilância biométrica e ChatGPT. No começo deste mês, os 27 países do bloco confirmaram, unanimemente, o texto com propostas de regras comuns para IA. O próximo passo deverá ser a validação pelo Parlamento Europeu, em abril deste ano. Se for aprovada, como se espera, a regulação virará lei.

Será uma referência global, certamente, porque envolveu muitos debates entre todos os países da UE. No Brasil, há um PL (Projeto de Lei), nº 2338, apresentado no ano passado, que trata da regulamentação da IA. Está na CTIA (Comissão Temporária Interna de Inteligência Artificial no Brasil), aos cuidados do relator. O PL é de autoria do presidente do Senado, senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG). A expectativa é que o marco regulatório seja votado ainda neste primeiro semestre de 2024. O PL contou com relatório desenvolvido de comissão de juristas, instituída por ato do presidente do Senado em 2022.

Se as projeções se confirmarem, muito em breve teremos nossa própria regulação de IA, o que dará mais instrumentos, por exemplo, à defesa dos direitos do consumidor. Teremos, então, de avaliar se o CDC necessitará ou não de ajustes para que a IA não interfira negativamente nas relações de consumo.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 28.02.2024 – PÁG. A3

Um novo curso para o comércio global

Com mais benefícios, atividade pode ser 'protegida' da rivalidade geopolítica

Danny Quah / Nicolai Ruge



Ministros do Comércio de todo o mundo estão reunidos em Abu Dhabi para a 13ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio. A conferência ocorre em um momento em que a economia global está em um estado frágil. O comércio, que ajudou 1 bilhão de pessoas a sair da miséria nas últimas décadas, está enfrentando fortes ventos contrários com o aumento das forças protecionistas.

Diante desse cenário, a conferência é essencial para determinar o futuro do comércio global. À medida que os países reposicionam e fortalecem suas cadeias de valor com aliados devido a legítimas preocupações com a segurança nacional, torna-se essencial que os ministros reformulem o atual sistema global de comércio para evitar que essas tendências resultem em uma fragmentação severa, o que poderia custar à economia global até 7% do PIB, de acordo com o FMI.

A diretora-geral da OMC, Ngozi Okonjo-Iweala, tem plena consciência e apelou para a necessidade de "estarmos prontos para arregaçar as mangas e trabalhar em Abu Dhabi". Mas como deve ser esse trabalho para fazer uma diferença real? Na agenda, estão os esforços para promover o comércio internacional e reformar a própria OMC, como a eliminação dos subsídios que incentivam a pesca predatória, a extensão da moratória sobre as tarifas do comércio eletrônico transfronteiriço e a restauração do sistema de resolução de disputas comerciais.

No entanto, por mais importantes que sejam essas questões, abordá-las individualmente —com sucesso incerto, dada a necessidade de consenso— pode ter, no máximo, um impacto marginal. A decisão necessária de admitir dois novos membros na organização, Timor Leste e Comores, também não pode ser considerada um progresso significativo se tópicos importantes forem mais uma vez deixados de lado. Os líderes em Abu Dhabi precisarão ser ambiciosos e se concentrar em lidar com os dois fatores subjacentes que permitiram que a desglobalização se estabelecesse: primeiro, que o comércio é visto como desalinhado com as prioridades globais; segundo, que seus ganhos não foram distribuídos de forma equitativa dentro dos países e entre eles.



CLIPPING

DATA

28.02.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

9 de 29

RESPONSÁVEL

Iris Helena

O fortalecimento do sistema comercial deve significar, antes de tudo, a expansão da agenda comercial para além do fornecimento de eficiências. Em vez disso, o comércio precisa promover a ação climática e a inclusão social por meio de compromissos multilaterais contra uma "corrida para o fundo do poço" em termos de padrões ambientais, trabalhistas e de consumo.

Quanto mais amplos forem os benefícios proporcionados pelo comércio, mais firmemente ele estará alinhado com as prioridades globais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Isso, por sua vez, permitirá que o comércio gere mais confiança nos governos e nos cidadãos. A atividade pode ser "protegida" da rivalidade geopolítica, em vez de ser interrompida para obter vitórias políticas de curto prazo.

Depois, é preciso desenvolver mecanismos comerciais mais inclusivos. Em especial, os países menos desenvolvidos e com restrições estruturais, como instituições frágeis, mercados fracos e uma base de conhecimento limitada, enfrentam dificuldades para aproveitar ao máximo as oportunidades oferecidas pela globalização. Entre 2011 e 2020, as exportações de bens e serviços dos países menos desenvolvidos se contraíram, e sua participação nas exportações globais estagnou. O pouco crescimento econômico que ocorreu, na maioria dos casos, não chegou aos mais pobres.

É provável que as medidas restritivas ao comércio baseadas em preocupações legítimas com a segurança nacional continuem sendo uma característica do comércio global. Para aumentar a transparência, a certeza e a confiança mútua, essas medidas devem ser delimitadas, ou seja, focadas, proporcionais e com prazo determinado.

Uma agenda de comércio global expandida e reequilibrada não pode ser alcançada facilmente em tempos em que a confiança está sendo corroída pela rivalidade geopolítica. No entanto, se os ministros saírem de Abu Dhabi apenas com conquistas simbólicas, uma oportunidade terá sido perdida para fortalecer um sistema de interdependência econômica que proporcionou imensos, embora imperfeitos, benefícios. A alternativa — uma economia global mais fragmentada e protecionista — deixará todos em situação pior e será uma oportunidade perdida de fortalecer a ação coletiva nas questões ambientais, econômicas e sociais com as quais a maioria dos países se preocupa.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 28.02.2024 – PÁG. A4

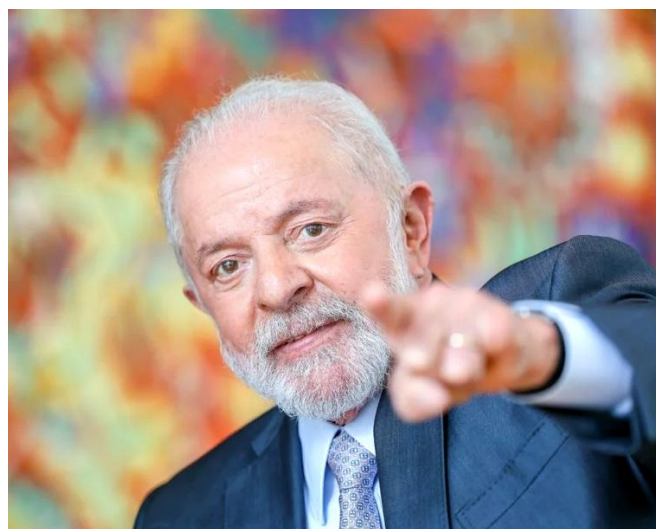
Governo ameaça tirar cargo e verba de deputados que assinaram impeachment de Lula

'Contradição não pode continuar', diz líder na Câmara, após assinaturas de parlamentares da base governista

Victoria Azevedo

Membros do governo federal afirmaram a parlamentares da Câmara dos Deputados que aqueles que assinaram pedido de impeachment contra o presidente Lula (PT) por ele ter comparado as mortes na Faixa de Gaza ao Holocausto irão sofrer consequências do Executivo.

A informação foi dada pelo líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), a líderes da base do governo em reunião nesta terça-feira (27). O entendimento foi o de que deputados que assinaram o pedido e indicaram cargos regionais perderão esses postos, bem como serão menos atendidos pelo Executivo, o que contempla emendas parlamentares. "Quem assinou o impeachment do presidente está dizendo claramente que não está na base. Portanto, se tinha algum tipo de espaço no governo, tem que perder. Afinal de contas, essa contradição não pode continuar. Quem assinou tem que decidir de que lado está: ao lado de Lula ou contra", diz o deputado Alencar Santana (PT-SP), um dos vice-líderes do governo na Câmara.



A ofensiva do Executivo para desmobilizar o pedido ocorre dias depois de o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) ter liderado uma manifestação que reuniu milhares de pessoas na avenida Paulista. Auxiliares de Lula passaram a segunda (26) tentando desviar o foco do ato bolsonarista, mas reconheceram que o ex-presidente conseguiu reunir aliados políticos de peso. O próprio presidente reconheceu em entrevista à RedeTV! que a manifestação bolsonarista foi "grande" e que "não é possível você negar um fato".

A declaração de Lula dias antes comparando a ofensiva militar israelense ao Holocausto foi incorporada pelos bolsonaristas para colocar a defesa de Israel como um dos motes do ato. O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, disse em seu discurso na Paulista que Bolsonaro foi um presidente "que sempre respeitou Israel e a luta de seu povo", no que foi lido como uma estocada em Lula. De autoria da deputada Carla Zambelli (PL-SP), o pedido foi protocolado na noite da última quinta-feira (22). De acordo com a Secretaria-Geral da Mesa da Câmara, foram 139 assinaturas. Há entre os signatários parlamentares que integram a base do governo Lula na Casa.

O pedido de impeachment estava na pauta da reunião desta terça. A Folha teve acesso ao documento que foi distribuído para as lideranças no encontro. Nas redes sociais, Guimarães disse que houve um consenso na reunião de que é "incompatível" um deputado ser da base, "ter relação com o governo e assinar" o pedido. "Isso não é razoável e a minha posição é encaminhar a lista desses parlamentares para que o governo tome



CLIPPING

DATA
28.02.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
11 de 29

RESPONSÁVEL
Iris Helena

providências", escreveu o deputado. Segundo participantes, os parlamentares também discutiram a divisão do comando das comissões permanentes da Câmara.

Ainda de acordo com relatos, foi repassada às lideranças uma lista com o nome dos deputados da base que assinaram o impeachment, junto com um pedido para que os líderes comecem uma força-tarefa para retirada dos apoios. Há assinaturas de representantes de partidos como União Brasil, PSD, Republicanos e PP. Os dois primeiros têm três representantes na Esplanada dos Ministérios, enquanto os dois últimos têm um indicado cada.

Um dos vice-líderes do governo na Câmara, Rubens Pereira Jr. (PT-MA), diz que os parlamentares que assinaram o pedido de impeachment são "radicais" e que o Executivo não tem interesse em dialogar com eles. "A nossa estratégia é isolar os radicais. Os [deputados] que assinaram esse pedido injusto são radicais. Com todo o restante da Câmara, nós queremos ter um bom diálogo", afirma.

Lula foi eleito tendo uma base de esquerda minoritária na Câmara e, por isso, teve de fazer alianças com partidos do centro e da direita. Apesar disso, a relação do Executivo e do Legislativo, em especial a Câmara, foi marcada por momentos de tensão ao longo de 2023. Apesar de a crise com as declarações de Lula ter dado munição à oposição e ter mobilizado aliados de Bolsonaro em torno do pedido de impeachment, líderes de bancadas no Congresso Nacional afirmam ser zero a chance de a ofensiva prosperar.

A abertura do processo depende do presidente da Câmara. O presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), não tem prazo para analisar esses pedidos, que podem ficar em sua gaveta por tempo indeterminado. Em caso de arquivamento da solicitação, pode haver recurso ao plenário. A coleta de assinaturas pelo impeachment começou após Lula ter comparado a ofensiva de Israel em Gaza ao extermínio de judeus promovido por Adolf Hitler durante a Segunda Guerra Mundial.

Pedidos anteriores de impeachment feitos pela oposição, alguns deles formalizados em grupo pelos deputados, englobam uma série de episódios, que, na argumentação dos parlamentares ligados ao ex-presidente Jair Bolsonaro, mereceriam a destituição do presidente. O primeiro deles foi apresentado com apenas 26 dias de mandato de Lula. Entre os motivos elencados nas peças, há uma suposta omissão de Lula nos ataques bolsonaristas de 8 de janeiro de 2023, a recepção ao ditador Nicolás Maduro em maio do ano passado, a revogação dos decretos de armas de Bolsonaro, a indicação de Cristiano Zanin ao Supremo Tribunal Federal e uma entrevista em que Lula fala que, nos tempos em que estava preso, queria "foder" o então juiz Sergio Moro.

O caminho do impeachment

-O presidente da Câmara dos Deputados é o responsável por analisar pedidos de impeachment do presidente da República e encaminhá-los

- O atual presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), é aliado de Lula e ex-aliado de Jair Bolsonaro. Ele pode decidir sozinho o destino dos pedidos e não tem prazo para fazê-lo

- Nos casos encaminhados, o mérito da denúncia deve ser analisado por uma comissão especial e depois pelo plenário da Câmara. São necessários os votos de pelo menos 342 dos 513 deputados para autorizar o Senado a abrir o processo

- Iniciado o processo pelo Senado, o presidente é afastado do cargo até a conclusão do julgamento e é substituído pelo vice. Se for condenado por pelo menos 54 dos 81 senadores, perde o mandato

- Os presidentes eleitos após a redemocratização do país foram alvo de pedidos de impeachment. Dois foram processados e afastados: Fernando Collor (1992), que renunciou antes da decisão final do Senado, e Dilma Rousseff (2016)

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 28.02.2024 – PÁG. A13

Empresas querem ir à Justiça contra Lei da Igualdade Salarial, diz ministra das Mulheres

Cida Gonçalves afirma que será preciso cumprir lei e governo não deve aplicar multas de forma imediata



A ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, disse nesta quarta-feira (27) que há empresas ameaçando ir à Justiça contra a Lei da Igualdade Salarial, sancionada pelo presidente Lula em julho de 2023. A legislação, que prevê salário igual entre homens e mulheres na mesma função sob pena de multa, determina prazo às companhias para adaptação. O primeiro deles vence nesta quinta-feira (29), quando é preciso entregar relatório de transparência salarial entre gêneros para o governo federal.

"Nós estamos no desafio de implementar, e não está fácil", afirmou Cida a uma plateia de mulheres, em evento da Força Sindical na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, na capital paulista. "Nós descobrimos que eles [as empresas] querem já judicializar. Por quê? Porque vai ficar transparente quanto cada um ganha", contou. Segundo Cida, a resposta do ministério às companhias que questionam a legislação tem sido a mesma já dada por Lula em ocasiões anteriores: será preciso cumprir a lei.

"Gente, se você não paga o salário igual eu lamento, não é o governo o responsável. Nós temos a legislação, a Constituição brasileira, a CLT [Consolidação das Leis do Trabalho] e, agora, a lei dizendo que tem que pagar salário igual."

A ministra afirma que a meta do governo, inicialmente, é ao menos ter salário de entrada igual para homens e mulheres, sem cobrar o mesmo posicionamento para cargos mais altos, por se tratar de plano de carreira e particularidade das companhias. Segundo ela, o relatório a ser preenchido até quinta-feira é essencial para mapear a situação no país, não apenas por empresa, mas por setor econômico e região. Em um primeiro



CLIPPING

DATA

28.02.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

13 de 29

RESPONSÁVEL

Iris Helena

momento, Cida diz que não haverá punições, apenas alertas. Só depois é que poderá ser enviada fiscalização do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) e, posteriormente, haver multa.

"A gente tem uma legislação a cumprir. A lei diz que, primeiro, a empresa precisa ser notificada", afirma. "A empresa vai receber a notificação, vai poder responder a notificação, fazer suas alegações. E, depois, se as alegações não forem suficientes, ou vai se notificar de novo ou aí vai ter a fiscalização. Os auditores fiscais vão na empresa; só depois é que tem multa."

O governo deve disponibilizar os dados em um Portal da Transparência a partir de abril, mas sem detalhar cargos, apenas por categoria profissional, segundo ela. O relatório também deve trazer o percentual de igualdade salarial por empresa, setor, região e em geral no país. Cida afirmou que a aprovação da lei em 2023 não foi fácil, e que diversos parlamentares se mostraram contrários ao projeto enviado pelo governo. Um deles chegou a solicitar a retirada da medida de pauta, e disse a ela não ser possível pagar salários iguais para homens e mulheres.

"Eu tinha muita segurança. Pensava: 'Não é possível que no Brasil, em pleno 2023, no século 21, alguém seja contra a igualdade salarial entre homens e mulheres'. Eu qual foi a minha surpresa? Tinha. Não foi fácil negociar nas comissões", contou.

Como funciona o relatório

A maioria dos dados que o governo deve utilizar para mapear a igualdade salarial entre homens e mulheres no país já estão no eSocial, plataforma online onde as empresas depositam informações sobre os salários e a vida laboral de cada funcionário. No eSocial, foram introduzidas mais sete questões que tratam sobre o tema, para facilitar a coleta por parte dos técnicos e para não descumprir questões de sigilo garantidas na LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados).

Para Cida, esses cuidados tomados derrubam a tese inicial das companhias de que haveria quebra de sigilo pessoal ao ceder informações extras ao governo federal. "Os dados que serão apresentados são os que a própria empresa prestou. Então, não vai ter quebra de sigilo, não vai sair nome de pessoas, não vai sair individualmente quem é gerente, quem não é. Vai sair os diversos grupos salariais que têm", disse.

Os formulários a serem preenchidos deverão conter o total de empregados da empresa, separados por sexo, raça e etnia, assim como os cargos e valores das remunerações. Além disso, também deverão conter dados sobre valores de todas as remunerações incluindo:

salário contratual - 13º salário - comissões - horas extras - adicionais noturnos - adicional de insalubridade - descanso semanal remunerado - gorjetas - terço de férias - aviso prévio trabalhado - outras remunerações previstas em norma coletiva de trabalho

O MTE pode solicitar informações complementares às que constam no relatório publicado para fins de fiscalização e confirmação de cadastro.

JORNAL – O HOJE – 28.02.2024 – PÁG. 10

Ministro André Mendonça define regras para acordos de leniência da Lava Jato

Manoel L. Bezerra Rocha

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça realizou, na Primeira Turma da Corte, audiência de conciliação no âmbito de ação que questiona os termos dos acordos de leniência celebrados na Operação Lava Jato. Ficou determinado que as partes, em especial os entes públicos, terão 60 dias para chegar a um consenso sobre os acordos, sempre com o acompanhamento da Procuradoria-Geral da República (PGR). Também ficou estabelecido que nesse período ficará suspensa a aplicabilidade de qualquer medida em razão de eventual mora, das empresas, no adimplemento das obrigações financeiras até então pactuadas.



O ministro André Mendonça ressaltou durante a audiência a importância dos acordos de leniência como instrumento de combate à corrupção, frisando que a conciliação proposta não servirá para que seja feito um “revisionismo histórico”. Segundo ele, o objetivo é assegurar que as empresas negociem com os entes públicos com base nos princípios da boa-fé, da mútua colaboração, da confidencialidade, da razoabilidade e da proporcionalidade. O procurador-geral da República, Paulo Gonet, concordou com a importância de abertura de diálogo, assim como o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Bruno Dantas, que destacou a relevância da instituição para fiscalizar o andamento dos acordos, e o ministro Vinícius de Carvalho, da Controladoria-Geral da União (CGU), que ressaltou que o ministério está aberto para ouvir os pedidos de renegociação das empresas.

Herói da Pátria

Comissão de Educação (CE) aprovou o projeto de lei (PL) 3.663/2023, que inclui o nome do ex-procurador da República Pedro Jorge de Melo e Silva no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. Pedro Jorge nasceu em Maceió em 1946. Aos 28 anos, ingressou no Ministério Público de Pernambuco. Em 1982, três meses após denunciar autoridades envolvidas em um esquema de corrupção, ele foi assassinado em Olinda (PE) com tiros à queima-roupa. O mandante do crime, um ex-major da Polícia Militar, e o responsável por efetuar os disparos foram condenados a 30 anos de prisão.

Dinheiro vivo

O Projeto de Lei 5272/23 proíbe o uso de dinheiro vivo em uma série de negócios, como compra e venda de imóveis, de carros e de obras de arte. O texto invalida ainda, nessas transações, pagamentos de prestações feitos em papel-moeda. O Ministério Público e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) poderão solicitar informações relativas ao cumprimento da futura lei àqueles que vendam, ocasional ou habitualmente, os produtos mencionados. Além disso, tabelionatos de registro de imóveis e protestos não

poderão admitir registro, averbação e protesto de qualquer documento com especificação de pagamento em moeda física.

Ministra convoca audiência pública sobre uso da *Cannabis* para uso medicinal



A ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Regina Helena Costa convocou para o dia 25 de abril, a partir das 10h, uma audiência pública para discutir a utilização de substratos da Cannabis sativa cultivada em solo nacional para a produção de medicamentos. O assunto é objeto de um incidente de assunção de competência (IAC 16) que tramita na Primeira Seção. Na avaliação da ministra Regina Helena, relatora do IAC, o tema é sensível e envolve uma questão jurídica com grande repercussão nos meios sociais, acadêmicos e institucionais. Para a magistrada, esse contexto é propício para a realização da audiência pública, que vai proporcionar “subsídios técnicos, jurídicos ou científicos

aptos a embasar as conclusões do STJ”, permitindo que os cidadãos participem da decisão da corte.

Em caso de recusa de sindicato, federação pode celebrar acordo coletivo

A Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SDC) do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu a validade de um acordo coletivo de trabalho celebrado entre uma federação de trabalhadores e uma empresa, em razão da recusa do sindicato em participar da negociação coletiva. O colegiado ressaltou que, nesse caso, a jurisprudência do Tribunal reconhece a competência das federações para formalizarem acordos.

Mas sem poder de polícia

Para a 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, é válida a prisão em flagrante feita pela Guarda Municipal de uma pessoa que foi indicada como traficante de drogas por um usuário que foi flagrado consumindo um cigarro de maconha.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 28.02.2024 – PÁG. POLÍTICA

Punição por aval a impeachment

Líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE) anunciou que enviará lista desses parlamentares para que Planalto "tome providências"

Evandro Éboli

Ainda que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tenha a garantia do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), de que o pedido de impeachment da oposição não vai vingar, o governo ameaça retaliar deputados de partidos da base que endossaram e assinaram o pedido, uma iniciativa da bolsonarista Carla Zambelli (PL-SP).

Em reunião na manhã desta terça-feira na liderança do governo, o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), demonstrou a insatisfação do Palácio do Planalto com esses deputados signatários do pedido de afastamento de Lula no cargo. Depois, se manifestou sobre o assunto nas redes sociais.



"Na reunião dos líderes da base, hoje (terça-feira), nós conversamos um pouco sobre a conjuntura, fizemos um balanço das principais votações, e um dos temas da pauta foi esse pedido de impeachment. Formou-se um consenso entre nós de que é incompatível o parlamentar ser da base do governo, ter relação com o governo e assinar pedido de impeachment", postou Guimarães. Na sequência, o deputado fez a ameaça: "Isso não é razoável, e a minha posição é encaminhar a lista desses parlamentares para que o governo tome providências".

O pedido de impeachment de Lula, protocolado na semana passada, na Câmara, tem como base as declarações do chefe do Executivo sobre Israel, quando comparou os ataques à Faixa de Gaza às ações de Adolf Hitler no Holocausto. Os deputados de partidos aliados que assinaram o pedido podem ver seus indicados para cargos federais nos seus estados perdendo esses empregos. Está sendo discutida também a contenção na liberação das emendas a que esses parlamentares têm direito.

Nas contas do governo, dos 124 apoiadores do impeachment, pelo menos 20 são de partidos como PSD, Republicanos, União Brasil e PP, legendas que ocupam ministérios na Esplanada. "O nosso propósito é isolar os radicais", disse o deputado Rubens Pereira Jr, (PT-MA), um dos vice-líderes do governo. Um dos argumentos dos governistas indignados com a adesão desses deputados é que no PL, de Jair Bolsonaro, 19 parlamentares não assinaram o pedido, incluído o seu líder na Câmara, Altineu Côrtes (PL-RJ). Entre os que não assinaram, está João Carlos Bacelar (PL-BA). Ao Correio, ele explicou: "Sou do PL do B, da base do governo".

Cabe ao presidente da Câmara aceitar ou não um pedido de impeachment contra o presidente da República. Lira, que tem se reaproximado de Lula, pode decidir sozinho o destino do pleito da oposição, e não há prazo para essa decisão. Quando aceito, o mérito da denúncia deve ser analisado por uma comissão especial e depois pelo plenário da Câmara. São necessários os votos de pelo menos 342 dos 513 deputados para autorizar o Senado a abrir o processo.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 28.02.2024 – PÁG. ECONOMIA

EUA dão apoio à pauta socioambiental

Em uma prévia das discussões do fórum econômico, Janet Yallen parabenizou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, pela aprovação da reforma tributária

Rafaela Gonçalves



A secretária do Tesouro dos Estados Unidos, Janet Yellen, informou que a Casa Branca está comprometida com a agenda de combate às mudanças climáticas e prometeu apoiar as prioridades do Brasil na presidência do G20, cujo foco é reduzir a desigualdade social e a pobreza no planeta. Em uma prévia das discussões que serão tratadas na reunião de ministros de finanças e presidentes de Bancos Centrais do grupo das maiores economias do mundo, Yallen parabenizou o ministro da Fazenda do Brasil, Fernando Haddad, pela aprovação da reforma tributária.

“É vital que o Brasil crie condições para o setor privado investir e crescer. Eu parabenizo o ministro Haddad por conquistar uma reforma tributária realmente histórica. Isso melhorará o modo de fazer negócios aqui, inclusive com empresas americanas buscando investir”, disse ela, que participou, ontem, de um painel com a ministra do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, Marina Silva, organizado pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos (Amcham). O evento teria a presença de Haddad, mas o ministro testou positivo para covid-19.

Yellen reforçou que o objetivo do governo do presidente dos EUA, Joe Biden, é manter a maior economia do mundo conectada às oportunidades de cooperação internacional. Ela disse que seu país está alinhado com as perspectivas do Brasil na presidência do grupo. “Isso está alinhado com o nosso trabalho em casa, de chegarmos em pessoas e lugares que, muitas vezes, foram deixados para trás.”

Sobre a cooperação entre os dois países, ela destacou que “há uma grande oportunidade para o Brasil se tornar mais integrado às cadeias globais de valor, e os EUA serão um forte parceiro do Brasil nesse esforço”. Para a secretária, “passos sobre como lidar com altas tarifas externas e avançar na adoção de regras e padrões da OCDE poderiam tornar o Brasil mais atrativo a investidores estrangeiros”. Ela chamou atenção para as oportunidades para o setor privado no âmbito da transição ecológica. “O Brasil está particularmente

bem posicionado para se beneficiar da transição global para a neutralidade de carbono, com a vantagem de ter uma matriz energética já largamente baseada em renováveis.”

Diante de uma plateia cheia de empresários, Marina Silva reiterou o compromisso brasileiro de zerar o desmatamento até 2030 e pediu a participação do setor privado nos investimentos necessários ao enfrentamento das mudanças climáticas. “O Brasil é um país em desenvolvimento que requer muitos investimentos na parte de infraestrutura”, disse Marina, ao citar o plano de transformação ecológica.

Ela destacou, ainda, os riscos econômicos associados à emergência climática na produção de alimentos e na inflação. “Além da instabilidade geopolítica baseada na segurança alimentar, temos o risco de uma inflação global que pode ser causada por insegurança alimentar em função da mudança climática.”

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 28.02.2024 – PÁG. OPINIÃO

Reforma sobre a renda: necessária e urgente

Mais uma vez é preciso falar da necessidade de se promover uma reforma tributária sobre a renda, para que o custo do Estado não recaia de forma tão pesada sobre a classe média brasileira, sobretudo os trabalhadores, que têm o imposto descontado diretamente do salário

Termina amanhã o prazo para que as empresas entreguem aos trabalhadores o Informe de Rendimentos do ano de 2023 para que os mesmos possam, a partir de 15 de março, prestar contas ao fisco. Assim, mais uma vez é preciso falar da necessidade de se promover uma reforma tributária sobre a renda, para que o custo do Estado não recaia de forma tão pesada sobre a classe média brasileira, sobretudo os trabalhadores, que têm o imposto descontado diretamente do salário. O plano, embutido na própria reforma tributária, é que o governo encaminhe ao Congresso as alterações na tributação sobre a renda para que sejam apreciadas e votadas no primeiro semestre deste ano.



No entanto, especialistas e mercado financeiro não acreditam mais na possibilidade de a reforma dos impostos sobre a renda ser votada em 2024, principalmente por ser este um ano que terá eleições para prefeitos e vereadores nos 5.568 municípios do país, o que mobiliza parlamentares em suas bases eleitorais. O risco que se deve evitar é o de ela ficar parada na Câmara ou no Senado, como a reforma tributária, que tramitou por cerca de cinco anos após mais de 30 de discussões em torno do novo regramento tributário do país.

Se houve celeridade no ano passado por aprovar uma mudança nos impostos que incidem sobre o consumo, buscando atender aos interesses de todos os setores da economia, é lógico se esperar a mesma rapidez na condução das proposta que vão mudar a carga fiscal sobre a renda, sob pena de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva terminar seu mandato sem ver implantada sua promessa de campanha de elevar a isenção do

Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) para R\$ 5 mil, um valor que vai isentar quem ganha três salários mínimos e meio.

Essa correção, no entanto, não deverá ocorrer com a eliminação de gastos com saúde e educação, pois são serviços que o Estado deveria prover a todos os brasileiros e, como não o faz, obriga uma parcela significativa dos contribuintes a lançar essas despesas, que são, sobretudo, um ressarcimento. Ao elevar a faixa de isenção e eliminar as deduções, o governo está dando com uma mão e tirando com a outra. E isso não deve ocorrer sob pena de ter um efeito contrário para o contribuinte que hoje tem despesas a deduzir.

A correção das alíquotas do Imposto de Renda é fundamental para os trabalhadores brasileiros que veem sua renda corroída pela inflação. Em uma comparação simples, as correções feitas na tabela do IR em 2023 e este ano representam um aumento de 49% no valor da isenção, que estava congelado em R\$ 1.903,98 desde 2015. Nesses nove anos a inflação acumulada chega a 67,54%. Isso significa que a inflação corrói a renda de um lado e o governo leva parte dessa mesma renda, num quinhão cada vez maior em relação ao poder de compra do salário. A correção simples, pela inflação do período, levaria a faixa de isenção para R\$ 3.189 já neste ano.

O valor é baixo e quase insignificante em relação ao que o governo deixou de arrecadar com isenções tributárias, que passaram de R\$ 450 bilhões por ano, em números de 2022. Com a MP editada no início deste mês, o governo estima abrir mão de R\$ 3,03 bilhões em 2024, o que representa 0,67% do total de isenções. Isso mostra que a correção da tabela não é um problema do ponto de vista fiscal, mas sim político. É preciso que essa barreira seja superada para que também os trabalhadores tenham a carga fiscal ajustada à sua renda e não à necessidade de caixa do governo, que nem sempre é rigoroso em relação a outros segmentos da sociedade.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 28.02.2024 – PÁG. A16

Articulação do Planalto entra em nova fase

Cargo de articulador político do Planalto está longe de ser um emprego confortável

Fernando Exman

Vem do processo cinematográfico a frase segundo a qual uma foto não representa o todo do filme. Afinal, o cérebro humano é incapaz de processar várias imagens como fotografias independentes, quando elas são transmitidas em alta velocidade. Sequenciados, os quadros, ou “frames”, provocam uma sensação de movimento. Ao fixar-se apenas em um dos fotogramas, o público pode ser levado a um erro de avaliação.



É o que ocorre quando se analisa, individualmente, as fotografias divulgadas nas redes sociais na quinta-feira (22) à noite pelo presidente Luiz Inácio Lula da



CLIPPING

DATA

28.02.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

20 de 29

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Silva (PT) após encontro com líderes partidários e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Lula aparece ladeado por Lira e pelo ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha. Fernando Haddad, ministro da Fazenda, também ocupa o primeiro plano. Mais distante, aparece o ministro da Casa Civil, Rui Costa. Mas são as fotos, não o filme. Hoje, Rui Costa é o interlocutor preferencial de Lira. E o sucesso da agenda do governo depende dessa relação, embora a função estivesse fora dos planos do ministro. Antes mesmo de tomar posse, Costa chamava atenção quando participava de eventos públicos ao adotar uma postura muito mais de gestor do que de articulador político. À época, ainda se especulava se o baiano iria para a Casa Civil ou outra pasta na área de infraestrutura.

Já era dado como certo que ele tentaria implementar na administração federal algumas das iniciativas que desenvolveu quando governou o Estado da Bahia, como parcerias público-privadas (PPPs). Ele demonstrava convicção que a Casa Civil, centro gestor do governo, desenvolveria melhor seu trabalho se não entrasse diretamente na articulação política.

Dificuldades no diálogo entre Lira e Padilha forçaram uma calibragem na rota. Na segunda-feira (26), por exemplo, Costa anunciou que o Executivo ainda estava dialogando para encontrar “alternativas” sobre como recompor os R\$ 5,6 bilhões que foram reduzidos das emendas de comissão quando Lula vetou trechos da Lei Orçamentária Anual (LOA). O corte era um dos focos de insatisfação da Câmara com os articuladores políticos do governo. Alegava-se, no Congresso, que o titular da SRI não estaria cumprindo acordos. De fato, mudanças no primeiro escalão do governo levaram mais tempo do que integrantes do Centrão esperavam. O mesmo ocorreu com nomeações para a cúpula da Caixa Econômica Federal e acontece, ainda, com a ocupação de postos na Fundação Nacional da Saúde (Funasa). No entanto, o ritmo de atendimento dessas demandas sempre depende sobretudo do sinal verde do próprio chefe do Executivo, e não apenas de um ou outro ministro. Pode-se concluir que o desgaste de Padilha ocorria à medida que ele cumpria missões para as quais fora designado pelo presidente.

Em seu livro “O pior emprego do mundo”, o jornalista Thomas Traumann intitula o cargo de ministro da Fazenda do Brasil como o mais encrascado ofício do planeta. Isso porque o chefe da equipe econômica é alvo de muita pressão e se ocupa de dezenas de indicadores, enquanto seu superior, o presidente da República, está preocupado apenas com o índice de sua própria popularidade. Diz o livro que “o nível de intrigas, conspirações e invejas que cerca o ministro da Fazenda é insuperável”. É bem possível, mas o cargo de articulador político do Planalto está longe de ser o emprego mais confortável de Brasília.

Um antecessor de Padilha era chamado de “garçom” no Congresso, pois só anotava os pedidos e não contribuía para aplacar a crise que atingia o governo Dilma Rousseff (PT). Outro ex-ministro da área relata que na sua época havia filas de deputados em seu gabinete para tentar acelerar a liberação de emendas ao Orçamento. A crescente impositividade das emendas mudou completamente essa dinâmica, pondera.

Diante dessas dificuldades, muitos apostavam no fim do ano passado que haveria uma troca na Secretaria de Relações Institucionais. Esse cargo é visto como um fusível do Palácio do Planalto que é feito para queimar. Ou seja, o titular da pasta é alvo das críticas que aliados gostariam de fazer diretamente ao presidente da República. Está no contracheque. Por outro lado, sua substituição sem um fato gerador muito robusto sempre pode ser vista como rendição e fragilidade política. Sobretudo se não ocorre em meio a uma ampla reforma ministerial. Nas mesmas fotografias divulgadas por Lula na semana passada, há outra mensagem

subliminar. Ao lado do presidente, Padilha também tem seu prestígio mantido. Tanto que ele permanece participando de outras articulações estratégicas.

Naquela mesma quinta-feira, por exemplo, horas antes do coquetel oferecido por Lula a aliados, o governo concordou em cumprir o calendário de pagamento de emendas que estava previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024 e também havia sido vetado. O acordo foi fechado por Padilha. Com mais protagonismo nas tratativas sobre o Orçamento, pano de fundo dos embates do governo com o Congresso, o ministro da Casa Civil passa a também correr o risco de tornar-se alvo de críticas. O final desse filme ainda é desconhecido. O que se pode dizer, porém, é que a fotografia exhibe um novo momento na articulação política do Planalto.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 28.02.2024 – PÁG. E1

Contribuinte perdeu R\$ 109 bi em disputas no Carf em 2023

Volume representa mais que o triplo do registrado no ano anterior, quando a União venceu processos que somaram R\$ 30 bi

Guilherme Pimenta e Beatriz Olivon

Os contribuintes perderam em 2023, no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), disputas que somam R\$ 109 bilhões, mais que o triplo do volume registrado no ano anterior, de R\$ 30 bilhões. É o maior patamar desde 2019, quando a Fazenda Nacional venceu julgamentos de R\$ 137,1 bilhões, de acordo com dados obtidos com exclusividade pelo Valor.

Depois de ter ampliado os julgamentos em 2023, o órgão recursal - principal aposta do ministro Fernando Haddad para atingir a meta de déficit primário zero em 2024 - quer julgar neste ano 50% a mais do que o previsto, com o fim da paralisação dos auditores da Receita Federal e a volta da possibilidade do voto de desempate favorável à União: o novo objetivo é analisar R\$ 870 bilhões em créditos tributários neste ano, ante R\$ 580 bilhões previstos no Orçamento.

No primeiro ano do governo Lula, o Carf julgou litígios tributários que totalizaram R\$ 278 bilhões, ante R\$ 138 bilhões do último ano de Jair Bolsonaro. O valor subiu em 2023 mesmo em meio à greve da Receita e com as incertezas em torno da volta do voto de qualidade, o que resultou na retirada de pauta de processos bilionários. Assim, na gestão de Haddad, as condenações favoráveis à Fazenda representaram 39% do total, contra 22% em 2022.

Em um de seus primeiros atos à frente da pasta, Haddad nomeou um novo presidente para o órgão e, na primeira quinzena de sua gestão, enviou ao Congresso projeto de lei (PL) com o retorno do voto de qualidade (o desempate pelo voto de Minerva do presidente das turmas do Carf, que é sempre um auditor





CLIPPING

DATA

28.02.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

22 de 29

RESPONSÁVEL

Iris Helena

fiscal). Quando enviou o Orçamento aos parlamentares no ano passado, o retorno de voto de qualidade era a medida mais importante em termos arrecadatórios no rol de projetos em busca do déficit zero - o PL foi sancionado no fim de setembro.

Como o Carf analisa a cobrança dos tributos em última instância administrativa, não necessariamente o valor mantido de uma autuação fiscal entra nos cofres da União de forma imediata, já que o contribuinte pode recorrer ao Judiciário. Somente com julgamentos no Carf, a Fazenda espera arrecadar R\$ 54 bilhões neste ano. Historicamente, 10% de todo o montante julgado pelo órgão entra no caixa da União.

Com o voto de qualidade, potencial de arrecadação é relativamente elevado” — Alexandre Andrade

Em entrevista ao Valor, o presidente do órgão recursal da Receita, Carlos Higinio Ribeiro de Alencar, explicou que, com a nova meta, o governo tende a arrecadar tranquilamente os R\$ 54 bilhões pretendidos - com o aumento da meta, em tese, poderiam entrar até R\$ 87 bilhões nos cofres da União. A intenção, explicou, é continuar dando prioridade ao julgamento de casos de maior valor. Agora, no entanto, há uma nova peculiaridade: no caso da condenação por voto de desempate, o contribuinte poderá ficar livre de juros e multa desde que quite o débito com a Receita em até 90 dias. Ao mesmo tempo em que o valor pago deve ser menor com a exclusão dos encargos, a expectativa é que mais contribuintes façam a opção pelo pagamento.

Além do fim da greve na Receita, outros três fatores podem auxiliar o Carf a atingir o volume desejado de julgamentos: neste ano, o órgão contará com 24 novos conselheiros (204 contra 180 em 2023), vai realizar sessões extras mensalmente e, em junho, pretende lançar um plenário virtual nos moldes do Supremo Tribunal Federal (STF), que permitirá a realização de julgamentos virtuais que envolvam créditos tributários de até R\$ 60 milhões.

“Os principais problemas acabaram. Agora é reorganizar a casa e dar continuidade ao nosso trabalho”, afirmou Higinio. Com todo o esforço que será feito pelo órgão, comentou, não deve haver dificuldades em cumprir as metas de julgamento e, conseqüentemente, elevar a arrecadação da União. “Com todo o tumulto, julgamos tudo isso no último ano. Por isso, acho que a gente vai julgar [o pretendido] este ano com tranquilidade.”

Para o mês de março, por exemplo, o Carf já convocou duas sessões extras por Seção. O presidente explicou que há diálogos com o sindicato da Receita para realizar julgamentos adicionais a fim de compensar a greve dos auditores. A ideia é convocar sessões extras mensalmente até o fim do ano. Na proposta orçamentária, a Fazenda ainda prevê receber R\$ 43 bilhões por meio de transações tributárias. O Carf em pleno funcionamento, disse Higinio, também vai auxiliar neste objetivo, já que a pauta de julgamentos pode priorizar teses passíveis de negociação.

Alexandre Andrade, diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), acredita que o aumento do número de julgamentos pode gerar surpresas positivas para a arrecadação da União. Ele ponderou, no entanto, que são receitas imprevisíveis, já que o contribuinte pode sempre recorrer ao Judiciário. “Com a volta do voto de qualidade, instrumento que havia sido alterado em 2020, o potencial de arrecadação para a União é relativamente elevado. A única ressalva que faço é que o Carf representa uma instância administrativa,

cabendo aos contribuintes que tiverem decisões não favoráveis no âmbito desse conselho recorrer à instância judicial”, ponderou.

De acordo com Caio Quintella, ex-conselheiro do Carf e titular na Nader Quintella Consultoria, ainda que as falas do ministro da Fazenda indiquem um esforço para incrementar a arrecadação no contencioso, o Carf continua sendo um órgão técnico, com o dever de fundamentar suas decisões. Para o tributarista, o aumento de condenações de contribuintes se justifica por dois elementos: a reintrodução do voto de qualidade e a inclusão em pauta dos seus maiores processos. “Ainda que reduzidos os julgamentos, a expressão econômica foi enorme.”

Segundo Bianca Rothschild, advogada do Mayer Brown, a primeira pauta de 2023 já trazia casos bilionários e com temas “empatáveis”, como ágio, lucros no exterior e trava de 30%. A pauta de fevereiro discutia casos de R\$ 11 bilhões, acrescentou a advogada, e foram feitos muitos pedidos de retirada de processos, por causa da nova regra de desempate. A diferença agora para o contribuinte, diante do empate, são os benefícios para fazer o pagamento, ressalta a advogada. “Talvez o encaminhamento de 2024 na liquidação dos processos seja um pouco diferente, com os contribuintes optando por usar os benefícios da transação”, diz.

Para Mírian Lavocat, sócia do Lavocat Advogados, “imprimir celeridade na marcha interna do tribunal é elogiável, mas aprimorar os procedimentos internos não significa julgar favoravelmente à Fazenda Nacional com o propósito arrecadatório”. “Julgar sem o propósito de realizar justiça fiscal é transformar o tribunal centenário em mero tribunal de referendo das autuações da Secretaria da Receita Federal do Brasil, o que não pode ser admitido pelos contribuintes.”

Justiça de São Paulo adia pagamento de ITBI

Liminar foi concedida a uma incorporadora pelo juiz Antonio Augusto Galvão de França, da 4ª Vara de Fazenda Pública de São Paulo

Marcela Villar

Uma incorporadora conseguiu liminar para suspender a cobrança de ITBI sobre transferências de imóveis para integralização de capital social. Para o juiz Antonio Augusto Galvão de França, da 4ª Vara de Fazenda Pública de São Paulo, como a constituição da sociedade é recente, é preciso primeiro averiguar qual a atividade preponderante e, após três anos, apurar se o imposto deve incidir ou não.

Na prática, o magistrado postergou a cobrança do tributo. Isso porque a atividade principal da incorporadora hoje é de fato o aluguel e venda de imóveis, portanto, com base na legislação, não teria direito à imunidade de ITBI - o benefício vale apenas para a empresa que não tem como atividade preponderante a negociação imobiliária. Para conceder a liminar, França se baseou em uma previsão do Código Tributário Nacional (CTN), que permite o “diferimento” do tributo se a empresa entrar em atividade após transferir os





CLIPPING

DATA

28.02.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

24 de 29

RESPONSÁVEL

Iris Helena

bens ou menos de dois anos antes da transferência. Nessas situações, “apurar-se-á a preponderância”, levando em conta os três primeiros anos seguintes à data da aquisição.

O juiz também citou precedente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) que reformou uma sentença anterior para aplicar a mesma tese. “Acolho as ponderações da impetrante, no sentido de reputar prematura a exigibilidade do tributo em tela, antes de ser cristalizada a atividade imobiliária prevista em seu estatuto ou contrato social, havendo necessidade de que, primeiramente, a empresa integralize seu capital social”, afirma França na decisão (processo nº 1006568-16.2024.8.26.0053).

Por conta de a empresa já existir há um ano, ela poderá desfrutar do benefício por mais dois, segundo o advogado Lucas Lazzarini, sócio do Marzagão e Balaró Advogados, que atuou no processo. Ele explica que essa é uma lacuna pouco explorada na legislação e que tem ajudado clientes no planejamento tributário. De acordo com o advogado, após a aprovação da reforma tributária, essa área tem sido mais demandada no escritório. “Um dos caminhos do planejamento tributário é a constituição de uma holding que administre bens próprios ou de terceiros, para reduzir a tributação, já que ela é menor na pessoa jurídica do que na pessoa física”, diz. A alíquota aplicada do Imposto de Renda para pessoa física é de 27,5%. Com os imóveis na alçada da empresa, o percentual cai quase que pela metade, para 15%.

A recomendação é inclusive para a cliente criar uma nova holding e inserir outros imóveis sob a alçada do novo CNPJ, para poder não pagar o ITBI nos primeiros três anos, com base na mesma previsão legal. “A ideia é usar o benefício por mais tempo e investir o ganho financeiro que ela vai ter durante dois anos”, afirma. Assim, com a valorização do investimento, será possível pagar o ITBI, avaliado, no caso julgado, em cerca de R\$ 29,3 mil, com a própria correção.

O advogado Leiner Salmaso Salinas, sócio de tributário do escritório PLKC, lembra que a Constituição prevê alguns cenários para a não incidência do tributo. “O ITBI não incide nas hipóteses de transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, ou decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil”, diz.

Ele acrescenta que a discussão sobre atividade preponderante tomou corpo após julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF). Antes disso, não havia muita controvérsia, era só comprovar a ausência de atividade imobiliária prevalecte nas transmissões. Na decisão, do ano de 2020, o ministro Alexandre de Moraes indicou em seu voto que, nos casos de integralização de capital, seria desnecessária essa comprovação (RE 796376/SC).

No TJSP, a jurisprudência é desfavorável aos contribuintes e ainda pede a comprovação da preponderância da atividade. De acordo com Salinas, o tribunal entende que a discussão no STF era secundária pois, na essência, discutiu-se “o valor integralizado, o registro de ágio e a abrangência da não incidência do ITBI sobre o aspecto quantitativo”.

Para o advogado Thiago Corrêa Vasques, sócio do VNP Advogados, o mandado de segurança concedido não dá diferimento ao imposto, mas sim suspende temporariamente a cobrança dele. “A liminar reconhece o direito de receber o bem imóvel sem a exigência do ITBI até que se esgote o prazo trienal para comprovação



CLIPPING

DATA
28.02.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
25 de 29

RESPONSÁVEL
Iris Helena

do cumprimento do requisito da imunidade previsto na Constituição", afirma ele, acrescentando haver pelo menos três precedentes no mesmo sentido. Em nota, a Prefeitura de São Paulo disse que a arrecadação com o ITBI variou entre R\$ 2,4 bilhões e R\$ 3,55 bilhões nos últimos cinco anos, o que representa de 3% a 5% da receita do município. Ela também informou que “apresentará à Justiça todas as manifestações para a melhor defesa dos interesses da administração pública e dos contribuintes”. A alíquota na cidade é de 3%.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 28.02.2024 – PÁG. E2

Multinacionais e a exposição ao imposto mínimo global

Não havendo informações e tampouco estimativas disponíveis, basta a empresa divulgar uma declaração sobre esse cenário e informações sobre o progresso da avaliação da exposição da empresa aos tributos do Pilar 2

Victor Polizelli

Não bastassem os desafios de adaptação trazidos por variadas iniciativas de reforma tributária no Brasil, as empresas brasileiras se veem agora obrigadas a reportar seus níveis de exposição a iniciativas estrangeiras de cobrança do chamado imposto mínimo global, devendo divulgar informações já nas demonstrações financeiras anuais fechadas em dezembro de 2023. Os balanços recém-publicados pela Vale e pelo Itaú são exemplos dessa preocupação, pois trazem os primeiros comentários sobre essa nova forma de tributação internacional.

Publicada na virada do ano, a Resolução CVM (Comissão de Valores Mobiliários) nº 197/2023 implementa no Brasil alterações relevantes nas normas contábeis do padrão IFRS para exigir das companhias brasileiras a divulgação de informações sobre a sua exposição aos tributos do “Pilar Dois”. Essa medida afeta particularmente as companhias multinacionais brasileiras que tenham subsidiárias em países cuja legislação tributária já tenha sido adaptada em 2023 ou tenha terminado o ano em fase de adaptação para a criação de novas modalidades de tributos sobre a renda.

Empresas brasileiras que atuam no exterior mediante estruturas corporativas centralizadas, por exemplo, no Reino Unido, em Luxemburgo, na Alemanha, na Itália e na França, já se deparam com o desafio de compreender e estimar o risco de tributação por impostos extraterritoriais novos e variados (IIR, UTPR, QDMTT) decorrentes de legislações implementadas nesses países em 2023 para a implementação das regras modelo globais anti-erosão da base tributária em nível global (GloBE model rules) integrantes do projeto denominado “Pilar Dois”.

No contexto da contabilidade, a perspectiva concreta de que venham a ser implementados





CLIPPING

DATA
28.02.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
26 de 29

RESPONSÁVEL
Iris Helena

novos tributos já causa impactos nas estimativas de tributação dos lucros, especialmente nas apurações de impostos diferidos ativos e passivos. Embora a legislação do Pilar 2 não tenha sido ainda implementada no Brasil, os grupos multinacionais aqui sediados sofrem impactos das regras adotadas nos países em que atuam. Neste ano, muitos grupos multinacionais brasileiros se verão às voltas com novos tributos, instituídos em países nos quais determinadas empresas subsidiárias terão que pagar imposto complementar (top-up tax) segundo uma regra de inclusão de lucros (IIR) que fará com que, por exemplo, uma holding do grupo estabelecida no Reino Unido tenha que pagar imposto sobre lucros subtributados de empresas estabelecidas em países com baixa tributação.

Como resultado desse novo sistema, empresas investidas do grupo que tenham uma carga tributária de imposto de renda inferior a 15% sobre os seus lucros verão esses mesmos lucros serem tributados nos países das empresas controladoras que tenham adotado as regras do Pilar 2. Nesse sentido, as mudanças promovidas pela Resolução nº 197/2023 são bem-vindas, pois elas visam facilitar o fechamento das demonstrações financeiras anuais encerradas em dezembro de 2023. É por essa razão que tais normas foram formuladas de modo retrospectivo, pois permitem que as companhias brasileiras se abstenham de fazer cálculos complexos neste momento para atender às pressas às exigências da legislação contábil em vigor.

Duas medidas essenciais foram tomadas. Primeiro, a referida resolução cria uma isenção temporária para evitar o reconhecimento e a divulgação de IR diferido em relação aos tributos do Pilar Dois (item 4A da resolução). Essa isenção é obrigatória para todas as companhias, que devem fazer uma declaração expressa nesse sentido nas demonstrações de 2023 (item 88A). Se tal isenção temporária não existisse, as multinacionais brasileiras já deveriam apresentar uma projeção dos impactos das mudanças legislativas em curso nos países nos quais elas operam.

Não há nenhuma especificação na resolução da CVM quanto ao tempo de duração dessa exceção temporária e as empresas brasileiras devem aproveitar esse período para se dedicar à difícil tarefa de estimativas e apurações de tributos do Pilar 2, absorvendo particularidades da legislação dos países que implementarem o imposto mínimo global. E a segunda medida importante foi a flexibilização na obrigação de divulgação de informações sobre a exposição da entidade aos tributos do Pilar 2. Com efeito, as obrigações de divulgação foram formuladas sem exigências de conteúdo específicas e apresentam uma estrutura alternativa que permite sua adoção de modo variado.

As empresas multinacionais que já estejam num estágio avançado de análise e possuam informações conhecidas ou razoavelmente estimáveis sobre a sua exposição aos tributos do Pilar 2, devem divulgar informações qualitativas e quantitativas nas suas demonstrações financeiras (itens 88C e 88D). Convém ressaltar que a obrigação de divulgação estará atendida mesmo se a informação for preparada de modo simplificado, isto é, sem atender a todos os requisitos da legislação de Pilar 2. Caso contrário, não havendo informações e tampouco estimativas disponíveis, basta divulgar uma declaração sobre esse cenário e informações sobre o progresso da avaliação da exposição da empresa aos tributos do Pilar 2.

Em nenhum dos casos caberia cogitar da divulgação de despesa (receita) de imposto de renda corrente em 2023 (item 88B), pois nenhum país terminou o ano com exigência concreta de imposto mínimo global no ano passado. Já para este ano, na elaboração e na divulgação das demonstrações financeiras trimestrais, haverá a necessidade concreta de se avaliar em detalhes os riscos de exposição e de tributação em

determinados países em vista de eventuais entidades do grupo multinacional que estejam com tributação efetiva abaixo do nível mínimo do Pilar 2, que é de 15%.

DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB

Dia 28 de Fevereiro –Dia Mundial e Dia Nacional das Doenças Raras

A data foi criada em 2008 pela Organização Europeia de Doenças Raras (Eurordis) para sensibilizar governantes, profissionais de saúde e população sobre a existência e os cuidados com essas doenças. O objetivo é levar conhecimento e buscar apoio aos pacientes, além do incentivo às pesquisas para melhorar o tratamento. No Brasil, a data foi instituída pela Lei nº 13.693/2018.

Considera-se doença rara aquela que afeta até 65 pessoas em cada grupo de 100.000 indivíduos, ou seja, 1,3 pessoas para cada 2.000 indivíduos. O número exato de doenças raras não é conhecido, mas estima-se que existam entre 6.000 a 8.000 tipos diferentes de doenças raras em todo o mundo.



As doenças raras são caracterizadas por uma ampla diversidade de sinais e sintomas e variam não só de doença para doença, mas também de pessoa para pessoa acometida pela mesma condição. Manifestações relativamente frequentes podem simular doenças comuns, dificultando o seu diagnóstico, causando elevado sofrimento clínico e psicossocial aos afetados, bem como para suas famílias.

Geralmente, as doenças raras são crônicas, progressivas e incapacitantes, podendo ser degenerativas e também levar à morte, afetando a qualidade de vida das pessoas e de suas famílias. Além disso, muitas delas não tem cura, de modo que o tratamento consiste em acompanhamento clínico, fisioterápico, fonoaudiológico e psicoterápico, entre outros, com o objetivo de aliviar os sintomas ou retardar seu aparecimento.

De acordo com a pesquisa “Doenças Raras no Brasil - diagnóstico, causas e tratamento sob a ótica da população”, realizada pelo IBOPE Inteligência a pedido da Pfizer em 2020, três a cada dez brasileiros desconhecem o que são as doenças raras. Dúvidas sobre a importância do diagnóstico precoce e sobre a oferta de tratamentos gratuitos também foram evidenciadas pelo estudo, que foi aplicado a 2 mil brasileiros, a partir dos 18 anos de idade, nas regiões do Rio de Janeiro, Fortaleza, Salvador e Porto Alegre. Em São Paulo, a amostra de entrevistados foi colhida na capital.

Quase metade dos entrevistados (42%) não sabe se identificar precocemente uma doença rara pode fazer diferença na qualidade e no tempo de vida dos pacientes e cerca de um a cada cinco acredita, erroneamente,

que "o diagnóstico precoce não faria diferença para as doenças raras, uma vez que a maioria dessas enfermidades não tem cura".

A diretora médica da Pfizer Brasil, Márjori Dulcine, reforça que, com um diagnóstico precoce e o tratamento adequado, é possível controlar o quadro clínico e ter uma vida com qualidade: "a maioria das doenças raras progride com o passar do tempo, apresentando um aumento na intensidade dos sintomas e um risco maior de levar o paciente a um quadro de incapacidade. Por isso, é preciso conscientizar a população a respeito da importância do diagnóstico precoce. Muitas vezes, ao identificar a doença logo após os primeiros sintomas, o médico consegue promover benefícios significativos, como o retardo do avanço da doença e a prevenção de danos irreversíveis".

A pesquisa ainda apontou desconhecimento a respeito do tratamento das doenças raras no Brasil. Quase um terço dos participantes (28%) não tem nenhuma informação sobre o assunto, enquanto um a cada cinco acredita, de forma equivocada, que nenhum dos tratamentos disponíveis no Brasil seja oferecido no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Para alguns, ainda existe a crença de que é possível tratar doenças raras apenas fora no Brasil, em países da Europa ou nos Estados Unidos.

Abaixo, algumas das doenças consideradas raras:

Entre as doenças raras já conhecidas, estão a Síndrome de Turner, Doença de Pompe, Hemofilia, Fibrose Cística, Histiocitose, Hipotireoidismo Congênito, Fenilcetonúria, Galactosemia, Doença de Gaucher Tipos 1, 2 e 3, Doença de Fabry, Hiperplasia Adrenal Congênita, Homocistinúria, entre muitas outras.

- Acromegalia;
- Anemia aplástica, mielodisplasia e neutropenias constitucionais;
- Angioedema;
- Aplasia pura adquirida crônica da série vermelha;
- Artrite reativa;
- Biotinidase;
- Deficiência de hormônio do crescimento – hipopituitarismo;
- Dermatomiosite e polimiosite;
- Diabetes insípido;
- Distonias e espasmo hemifacial;
- Doença de Crohn;
- Doença falciforme;
- Doença de Gaucher;
- Doença de Huntington;
- Doença de Machado-Joseph;
- Doença de Paget – osteíte deformante;
- Doença de Wilson;
- Epidermólise bolhosa;
- Esclerose lateral amiotrófica;
- Esclerose múltipla;
- Espondilite ancilosante;
- Febre mediterrânea familiar;



CLIPPING

DATA
28.02.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
29 de 29

RESPONSÁVEL
Iris Helena

- Fenilcetonúria;
- Fibrose cística;
- Filariose linfática;
- Hemoglobinúria paroxística noturna;
- Hepatite autoimune;
- Hiperplasia adrenal congênita;
- Hipertensão arterial pulmonar;
- Hipoparatiroidismo;
- Hipotireoidismo congênito;
- Ictioses hereditárias;
- Imunodeficiência primária com predominância de defeitos de anticorpos;
- Insuficiência adrenal congênita;
- Insuficiência pancreática exócrina;
- Leucemia mielóide crônica (adultos);
- Leucemia mielóide crônica (crianças e adolescentes);
- Lúpus eritematoso sistêmico;
- Miastenia gravis;
- Mieloma múltiplo;
- Mucopolissacaridose tipo I;
- Mucopolissacaridose tipo II;
- Osteogênese imperfeita;
- Púrpura trombocitopênica idiopática;
- Sarcoma das partes moles;
- Síndrome hemolítico-urêmica atípica (Shua);
- Síndrome de Cushing;
- Síndrome de Guillain-Barré;
- Síndrome de Turner;
- Síndrome nefrótica primária em crianças e adolescentes;
- Talassemias;
- Tumores neuroendócrinos (TNEs).